



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever o afastamento compulsório do cargo, emprego ou função do agente público que esteja respondendo a processo de improbidade administrativa.



SF/19357.28909-45

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O parágrafo único do art. 20 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 20.** .....

Parágrafo único. Salvo decisão motivada pela autoridade administrativa ou judicial que detenha a competência para apuração dos fatos e punição do infrator, iniciada a instrução processual o agente público será afastado do cargo, emprego ou função e excluída a sua participação em comissões, conselhos, câmaras, órgãos de deliberação coletiva e congêneres, ficando-lhe assegurado o direito ao recebimento do vencimento ou subsídio, não compreendidas as gratificações e outras vantagens decorrentes do exercício de função de confiança ou de cargo em comissão.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Os princípios que salvaguardam a administração pública são de tamanha relevância que o constituinte originário de 1988 julgou por bem positiva-los na Constituição Federal. Logo, o artigo 37 cita: *a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do*

*Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.*

Ademais, é preciosa à administração pública a supremacia do interesse público que se torna honrada quando todos aqueles princípios constitucionais são intrínsecos aos agentes públicos. Por tal razão, atos de improbidade administrativa são tão questionáveis. Verificado o ato correspondente ao previsto pela Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a conhecida Lei da Improbidade Administrativa, o agente público será afastado, sem prejuízo de seu vencimento ou subsídio, que tem caráter alimentício e pelo princípio constitucional de irredutibilidade de salário não sofrerá nenhum tipo de redução ou constrição. Entretanto, o afastamento implica a suspensão do direito ao recebimento de gratificações e de outras vantagens percebidos em razão do exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

O presente projeto se justifica por verificar que a improbidade administrativa não só viola o art. 37 da Constituição Federal, como também atenta contra o princípio de presunção da verdade, o qual determina que todos os atos relativos à administração pública são automaticamente verdadeiros por presarem sempre pelo bem comum. Desta forma, o ato ilícito em questão tem como pressuposto exaltar algum benefício pessoal ou diverso desse bem público que deveria ser, pelo princípio da finalidade, o principal objetivo a ser almejado pela administração.

Sendo que os atos de improbidade afetam diretamente o interesse público, a Lei da Improbidade Administrativa possibilita o afastamento cautelar do agente público que venha a praticar ato de improbidade, visto que a administração deve se prevenir quanto à possibilidade de continuação de perpetração de danos à sociedade.

A medida liminar aqui tratada visa a resguardar o patrimônio público, *lato sensu*, devendo ser observada a presença dos requisitos autorizadores de sua aplicação, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, sendo da mesma forma, medida de resguardo da instrução processual.

Trata-se de medida que visa à apuração real da prática de possíveis atos de improbidade administrativa. Vale mencionar que a medida não ofende os princípios constitucionais, observando o devido processo legal que asseguram o direito à ampla defesa e ao contraditório durante toda a instrução processual.



Entendemos que a continuidade do agente público suspeito de prática de ato de improbidade administrativa no exercício de cargo ou função públicos pode implicar influência indesejável na apuração dos fatos, possibilitando a esse agente destruir ou alterar documentos capazes de incriminá-lo.

Assim, a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa é arma processual de grande poder no combate à corrupção que assola o País, tendo a finalidade de punir o agente público que, comprovadamente, praticou os atos tipificados na Lei, assegurando, assim, a prevalência dos expressos princípios constitucionais da administração pública da legalidade e da moralidade administrativa. Portanto, cabe ao legislador ir ao encontro do clamor da população e tornar mais severas as normas que se referem à administração pública.

Por todo o exposto, a presente proposição pretende estabelecer que será obrigatório o afastamento do agente público que responda a processo de improbidade administrativa.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU

